

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.800.824 - PR (2019/0057316-7)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**RECORRIDO : SANTINA ZOMER MATTEI**  
**ADVOGADOS : ADRIANO MARTINS DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - PR032765**  
**NAYARA HOSTIM - PR084144**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. QUALIDADE DE SEGURADO ESPECIAL. PROPRIEDADE SUPERIOR A 4 MÓDULOS FISCAIS. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. OCORRÊNCIA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. REQUISITOS LEGAIS. PREENCHIMENTO. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. COMPLEMENTAÇÃO POR PROVA TESTEMUNHAL. CONECTIVOS LEGAIS DA CONDENAÇÃO. PRECEDENTE DO STF E STJ.

1. O trabalhador rural que preencher os requisitos previstos nos artigos 11, VII, 48, § 1º, e 142, da Lei nº 8.213/91, faz jus à concessão do benefício da aposentadoria rural por idade.
2. Caso em que comprovados o implemento da idade mínima (sessenta anos para o homem e de cinquenta e cinco anos para a mulher) e o exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, por tempo igual ao número de meses correspondentes à carência exigida para o benefício.
3. Considera-se demonstrado o exercício de atividade rural havendo início de prova material complementada por prova testemunhal idônea, sendo dispensável o recolhimento de contribuições para fins de concessão do benefício.
4. Critérios de correção monetária e juros de mora consoante precedente do STF no RE nº 870.947, DJE de 20-11-2017 e do STJ no REsp nº 1.492.221/PR, DJe de 20-3-2018.

Em suas razões de recurso especial, sustenta o INSS que o Tribunal *a quo* ofendeu os artigos 489, §1º, IV e 1.022, II, do CPC, uma vez que foi omissivo quanto à informação de que a propriedade da autora tem mais de 27,51 módulos fiscais, o que é incompatível com o regime de economia familiar.

Em contrarrazões ao recurso especial, sustenta-se a manutenção do acórdão recorrido.

Noticiam aos autos que Santina Zomer Mattei ajuizou ação em face do INSS, objetivando a concessão de aposentadoria por idade rural.

A sentença julgou o pedido procedente.

O INSS apelou, tendo o Tribunal *a quo* negado provimento ao recurso, nos

termos da ementa supratranscrita.

Opostos embargos de declaração pelo INSS, foram rejeitados.

É o relatório.

Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ que dispõe *in verbis*: aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

A tese jurídica veiculada no recurso especial consiste na omissão do Tribunal de origem quanto à impossibilidade de concessão de aposentadoria por idade rural, tendo em vista que a propriedade rural da autora tem mais de 27,51 módulos fiscais, o que é incompatível com o regime de economia familiar.

Acerca do tema, o Tribunal *a quo* nada dispôs, embora instado a fazê-lo, apenas afirmou, de modo genérico, que a prova testemunhal é convincente do labor rural da autora em regime de economia familiar, no período de carência legalmente exigido.

Destarte, deve ser acolhida a violação do artigo 1.022 do CPC/2015, para que o Tribunal se manifeste sobre a alegação de que a propriedade rural da autora tem mais de 27,51 módulos fiscais.

Embora o Julgador não esteja obrigado a responder um a um dos argumentos sustentados pela parte postulante, quando fundamente sua decisão, não deve se omitir acerca de pontos essenciais ao bom andamento do processo, como no caso em que não houve pronunciamento específico em relação à dimensão da propriedade rural da recorrida.

Quanto ao cabimento de se acolher as alegadas omissões, com retorno dos autos ao Tribunal *a quo*, confirmam-se os precedentes ilustrativos:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. OMISSÃO CARACTERIZADA. RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Na espécie, apesar da oposição dos aclaratórios, o Tribunal de origem não se pronunciou sobre a tese de que, no julgamento do RE 638115, o STF determinou a imediata cessação da ultra-atividade das incorporações em qualquer hipótese.

2. Desse modo, deixando o Tribunal *a quo* de apreciar tema relevante para o deslinde da controvérsia, o qual foi suscitado em momento oportuno, fica caracterizada a ofensa ao disposto no art. 1.022 do CPC/2015.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.656.524/RS, Segunda Turma, de minha Relatoria, DJe 23/5/2017)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 1022 DO CPC/15. OMISSÃO. OCORRÊNCIA. TRIBUNAL DE ORIGEM NÃO SE PRONUNCIOU DE MANEIRA SATISFATÓRIA SOBRE O TEMA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O Tribunal de origem não se pronunciou suficientemente acerca do tema suscitado pelo agravado nos embargos de declaração (fls. 300-303), referente ao não reconhecimento, pelo STJ, da ocorrência de sucessão

universal entre o HSBC e o Banco Bamerindus. Assim, resta caracterizada a afronta ao artigo 1022 do NCPC/15.

2. A Jurisprudência desta Corte Superior possui entendimento no sentido de não reconhecer a ocorrência de sucessão universal entre o HSBC e o Banco Bamerindus, uma vez que a titularidade dos passivos deve ser efetivada em cada caso concreto. Precedentes desta Corte.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.044.406/RJ, Quarta Turma, Relator Ministro Luis Felipe Salomão, DJe 5/5/2017)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. VÍCIOS DE INTEGRAÇÃO CONFIGURADOS.

I - Reconhecida omissão quanto à análise do pedido sucessivo de reinclusão no parcelamento, mediante pagamento de parcelas em valor fixo pretendido pela União, apurado no montante de R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais), é de rigor o acolhimento dos embargos de declaração, determinando a remessa dos autos ao Tribunal de origem para que seja analisado o pedido alternativo. Precedentes.

II - Embargos de declaração acolhidos, com efeito modificativo.

(EDcl no AgInt no REsp 1.581.726/PR, Segunda Turma, Relator Ministro Francisco Falcão, DJe 2/5/2017)

Com efeito, os autos devem retornar ao Tribunal *a quo*, para enfrentamento adequado do tópico contido no recurso de embargos de declaração, acerca da alegação de que a propriedade rural da autora tem mais de 27,51 módulos fiscais, o que descaracterizaria o regime de economia familiar.

Ante o exposto, com fulcro no artigo 932, V, do CPC/2015 c/c o artigo 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
Relator